

O PROCESSO EXECUTIVO NA ANTIGUIDADE

Anderson Ferreira Estrella
Pós-Doutorado em Direito (Universo de Coimbra - Portugal)
Mestre em Direito – UGF
Professor da Universo

Resumo

Enfrentamos na, atualidade, grandes dificuldades na busca da satisfação do crédito oriundo de um processo de conhecimento. Na tentativa de melhorarmos o atual sistema, fizemos um estudo do processo executivo na antiguidade, para que possamos, de alguma forma, melhorarmos o sistema executivo atual.

Palavras-chave: processo; execução; insolvência; *lex poetelia papiria*; *manus injectio*; *bonorum venditio*; *missio in bona*.

Abstract

Nowadays we face great difficulties searching for credit satisfaction that originates from a knowledge process. We have studied the executive process in antiquity in order to try to improve our system and to be able to, somehow, enhance our present execution system.

Key words: process; execution; bankruptcy; *lex poetelia papiria*. *manus injectio*; *bonorum venditio*; *missio in bona*.

1 - Insolvência na Antiguidade

Longo foi o caminho da civilização para aperfeiçoar humanamente a forma de execução patrimonial, pois a regra era, nas civilizações antigas, outorgar ao credor o poder de coagir fisicamente o devedor, à margem da prestação

jurisdicional do Estado. O devedor era aprisionado, escravizado e até morto pelo credor, caso não pagasse o devido.

A concepção antiga importava em que o corpo do devedor respondesse pelo pagamento de suas dívidas. Na Índia, textos do Código de Manu dão conta de que o credor não satisfeito tinha a faculdade de submeter o devedor ao trabalho escravo, mas sem excessos brutais. Se o mesmo confessasse a dívida, essa era acrescida de 5% (cinco por cento), mas se não confessasse acrescentava-se 10% (dez por cento). Se o devedor pertencesse à casta superior, o pagamento seria facilitado, ou seja, seria efetuado em prestações, de acordo com suas possibilidades ¹.

No Egito, em época remota, foi admitida a escravidão por dívidas, o que não durou muito tempo. A execução se fazia sobre os bens do devedor, mas, como muitas vezes fossem insuficientes, era permitido que, falecendo o devedor sem solver suas dívidas, pudesse o credor tomar o cadáver como penhor, a fim de privá-lo das honras fúnebres. Coagiam-se moralmente, dessa forma, os parentes e amigos a resgatar o cadáver, pagando-se a dívida².

Entre os judeus, em face do dever da caridade, o rico devia atenção ao pobre. Não existia, pois, o sistema de coação física sobre o devedor. No Deuteronômio, livro da Bíblia, está escrito que o devedor se sujeite ao credor, o que se deduz do texto 15:12: “quando teu irmão hebreu ou irmã hebréia se vender a ti, seis anos te servirá, mas no sétimo ano o despedirás forro de ti”.

Mais importante, na pesquisa histórica, é o conhecimento das condições da execução das dívidas na Grécia, dada a influência do antigo direito helênico compilado pelos *decênviros* na Lei das XII Tábuas. Naquela civilização clássica, a regra importava na servidão pessoal do devedor ao credor, pela falta da satisfação da dívida. “Tal corria não só quando o devedor vendia sua própria pessoa ao credor, como também quando não atendia à condenação judicial que lhe impunha a obrigação de pagar. Neste último caso, o credor podia alienar o devedor e até matá-lo. Semelhante detalhe rememorado por Sacerdote é, igualmente, referido por Thaller, apreciando a situação do devedor, já no domínio da reforma realizada por Solon. Efetivamente, esse legislador, inspirando-se talvez nas transformações humanitárias do direito egípcio, ordenou a liberação de todos os presos por dívidas e proibiu a possibilidade de tornar os seus corpos responsáveis pelos respectivos compromissos” ³.

2 - Insolvência no Direito Romano

O primitivo Direito Romano refletia, porém, a barbárie do princípio de que o corpo do devedor respondia pelas suas dívidas. Não se exigia a

intervenção do Estado, pois o credor tinha o poder de fazendo justiça pelas próprias mãos, sujeitar o devedor inadimplente.

A grande contribuição do Direito Romano, no direito falencial foi através da Lei das XII Tábuas, onde se delinearam a execução singular e a execução coletiva. A execução coletiva se aperfeiçoou e se amenizou através dos tempos, servindo de ponto de partida para o direito moderno. As normas primitivas, na verdade, eram de extrema crueldade, pois a execução se dirigia contra a pessoa do devedor, através da *legis actio per manus injectionem*⁴. Como explica Alfredo Buzaid, confessada a dívida ou julgada a ação, cabia a execução trinta dias depois, sendo concedido esse prazo a fim de o devedor poder pagar o débito. Se este não fosse solvido, o exeqüente lançava mãos sobre o devedor e o conduzia a juízo. Se o executado não satisfizesse o julgado e se ninguém comparecesse para afiançá-lo, o exeqüente o levava consigo, amarrando-o com uma corda, ou algemando-lhe os pés. A pessoa do devedor era adjudicada ao credor e reduzida a cárcere privado durante sessenta dias. Se o devedor não se mantivesse à sua custa, o credor lhe daria diariamente algumas libras de pão. Durante a prisão era levado a três feiras sucessivas e aí apregoado o crédito. Se ninguém o solvesse, era aplicada ao devedor a pena capital, podendo o exeqüente matá-lo, ou vendê-lo. Ocorrendo pluralidade de credores, podia o executado na terceira feira ser retalhado; se fosse cortado a mais ou a menos, isso não seria considerado fraude⁵.

O rigor desumano da execução felizmente não perdurou⁶. No ano de 326 a.C.⁷, não se podendo precisar bem a data, surgiu a *Lex Poetelia Papiria*, pela qual foi abolida a *manus injectio*. Ela tornava o devedor inadimplente, independentemente de julgamento ou confissão, submetido ao credor. Fortalecia-se, pelas novas regras, a atuação do magistrado proscrevendo a execução extrajudicial. O patrimônio do devedor, e não o seu corpo, passa a constituir a garantia dos credores⁸.

Instituiu-se, conseqüentemente, com Pretor Rutilio⁹, a *bonorum venditio*. Com esse sistema, os bens do executado eram alienados a uma pessoa, considerada, por ficção, semelhante ao sucessor-herdeiro, que, recebendo-os, se obrigava a pagar aos credores, oferecendo-lhes um determinado rateio, em percentual, para satisfação dos créditos. Essa prática, todavia, se prestou a muitas fraudes, surgindo, então, a *missio in bona* sob a supervisão e controle do pretor. Permitia-se, então, ao credor imitar-se na posse do patrimônio do devedor, mediante petição ao pretor, podendo tal pedido ser apresentado por um ou mais credores. Mas a decisão do magistrado concedendo a *missio in bona*, dependia da confissão da dívida, da fuga ou ausência do devedor. Afinal, ocorria a venda dos bens para proporcionar o pagamento, através da *bonorum venditio*. Como se presente, a *cessio in bona* era o procedimento

preliminar, objetivando a venda dos bens do devedor, tornada pela lei a garantia dos credores.

É desse mecanismo jurídico primitivo que se delineia o instituto da falência¹⁰. Desaparecendo o devedor, pela fuga ou banimento, ocorria o desapossamento de seus bens (*missio in bona*), que eram custodiados pelo credor, para posterior venda (*bonorum venditio*), sob as ordens e controle do magistrado.

Os credores imitados no patrimônio do devedor não tinham, entretanto, sua disposição jurídica, mas apenas a detenção. Se o decreto do pretor da *missio in bona* não vinha seguido da *venditio*, impunha-se a necessidade de o credor zelar e administrar o patrimônio do devedor desapossado. A seguir, os credores deveriam anunciar publicamente a arrecadação dos bens, por um edital, afixado na frente da casa ou do local da atividade do devedor, exigência que perdura até nossos dias. Era o *libeli*. Desta forma, se preparava a *venditio*.

Tomadas essas providências, e decorrido o prazo de trinta dias, se fosse vivo o executado, e de quinze dias se falecido, o pretor convocava os credores, que então elegiam um *magister* (o que podemos hoje chamar de síndico). A este competia tomar todas as medidas para o sucesso da *bonorum venditio*, estabelecendo a *lex venditionis*, vale dizer as regras da venda. Essas condições e o processo de venda eram submetidos à aprovação da assembléia dos credores e depois publicados para conhecimento de terceiros. Dessa *lex* constavam o quadro do ativo e passivo do devedor, a indicação dos bens e dos créditos, dos privilégios e a percentagem que o adquirente deveria pagar a cada um dos credores. No dia designado para a venda, o *magister* adjudicava os bens ao comprador, que oferecesse a mais alta percentagem. Era uma espécie de venda pública.

Essa espécie de liquidação não evitava que o devedor fosse marcado com a nota de infâmia. Perdia, em consequência, seus direitos civis, sendo considerado como se morto fosse. Aplicava-se essa sanção também ao devedor que se foragira em outras terras.

Mas ao lado desse processo, surgiu outra modalidade, destinada ao devedor infeliz, cuja impossibilidade de pagar não advinha de truculência ou improbidade, mas do infortúnio em seus negócios: era a *bonorum cessio*.

O procedimento da *bonorum cessio* teria surgido nos princípios do Império, não se sabe ao certo se sob o domínio de César ou de Augusto, regulado na *Lex Julia*¹¹. Permitia essa lei que o devedor insolvente, sem culpa, abandonasse seu patrimônio aos credores, para saldar suas dívidas. É tida a

bonorum cessio, por alguns, como o instituto do direito romano do qual se originaria a concordata preventiva da falência, nos tempos medievais¹².

Com a *cessio* o devedor dava a demonstração de não ter pretendido prejudicar seus credores, evitando a execução e a imposição da infâmia. Os bens cedidos eram vendidos em massa, mas posteriormente foi permitido ao *curator*, que administrava a venda dos bens, que o fizesse em lotes (*bonorum distractio*), para depois repartir aos credores o produto da venda, segundo a classificação dos créditos feita pelo magistrado aos que tivessem provado regularmente os seus direitos e privilégios. A cessão podia ser feita tanto pela via judicial como pela extrajudicial ou amigável.

NOTAS

¹ Sacerdote, "Fallimento", in Enciclopedia Giuridica Italiana, vol. VI, Parte I, pág. 3, citado por Bento de Farias, Direito Comercial, vol. IV parte I. pág. 11.A.Coelho Branco Editor, Rio de Janeiro.RJ.

² Bento de Farias, Direito Comercial, vol.IV parte I. pág. 11.A.Coelho Branco Editor, 1947, Rio de Janeiro.RJ.

³ Bento de Farias, Ob. Cit., pág. 12.

⁴ Bento de Farias, Ob. Cit., pág. 14.

⁵ Do Concurso de Credores no Processo de Execução.Alfredo Buzaid,Saraiva,São Paulo, 1952, pág 44.

⁶ Bento de Faria. Ob. Cit., pág. 15.

⁷ Direito Romano, José Carlos Moreira Alves, Forense, Rio de Janeiro, 1997, pág. 10.

⁸ Idem, José Carlos Moreira Alves, pág. 10.

⁹ Bento de Faria, citando Títo Lívio, diz que não se trata de Rutilio Rufo, que apesar de ter sido um grande jurisconsulto da época, o mesmo não tinha essa função. Trata-se, na verdade, de Rutilius Calvus. (Bento de Faria. Ob. Cit., pág. 16).

¹⁰ Bento de Faria. Ob. Cit., pág. 17.

¹¹ Bento de Faria. Ob. Cit., pág. 17.

¹² Bento de Faria. Ob. Cit., pág. 17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZAID. Alfredo. Do Concurso de Credores no Processo de Execução, 1952, São Paulo. SP: Saraiva.

CRUZ E TUCCI. José Rogério, AZEVEDO. Luiz Carlos de. Lições de História do Processo Civil Romano. 1996. São Paulo. SP. Revista dos Tribunais.

FARIA. Bento. Direito Comercial, vol. IV, parte I, A.Coelho Branco Editor, 1947, Rio de Janeiro. RJ.

MOREIRA ALVES. José Carlos. Direito Romano. Forense, 1997. Rio de Janeiro. RJ.